

Clima de mudança* 2 NOV 1993

Tarcísio Holanda

Alguns dos líderes mais importantes do Congresso acreditam que a inrrupção do escândalo da Comissão Mista do Orçamento poderá contribuir, não apenas para fazer uma assepsia da elaboração orçamentária, mas, igualmente, conduzir a algumas mudanças institucionais que os parlamentares resistiam a aprovar, como o voto distrital e a lei de fidelidade partidária. Mudanças consideradas indispensáveis para fazer com que a nossa democracia opere no sentido de solucionar a grave crise econômica em que o País está mergulhado e da qual não pôde sair, até agora, por óbices de natureza política

A Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar as denúncias do ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, ainda tateia no escuro, à procura de uma linha de investigação consistente. "Quem vai matar essa charada são as subcomissões de bancos e de patrimônio", desabafa o deputado pernambucano Roberto Magalhães, ao revelar sua decepção com pretensos "documentos comprometedores" enviados pela polícia. Eram pedidos de colocação de verbas no Orçamento e outras indicações que nada provam contra os seus autores, como reconhece o deputado pernambucano.

O deputado Ricardo Fiúza, considerado um dos elementos-chave no esquema montado na Comissão de Orçamento, pediu adiamento do seu depoimento. O que dizem seus amigos é que Fiúza quer tempo para preparar a sua defesa e não gostaria de estar entre os primeiros depoentes. Como deputado, pode solicitar o adiamento. O líder do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães,

acredita que Fiúza "poderá surpreender a todos com uma defesa brilhante". O que se diz é que Fiúza não entendia de Orçamento e entregou a sua sorte a José Carlos Alves dos Santos, que hoje está preso. O que poderia comprometer Fiúza seria o Ministério do Bem-Estar Social, dizem alguns dos seus amigos.

Não há dúvida de que a atuação da CPI resultará na cassação de alguns parlamentares. Há uma expectativa consensual de que serão cassados entre oito a 12 parlamentares. Porém, há os que esperam mais. O senador José Paulo Bisol previu que esse número poderia chegar a 30. Um dos mais importantes membros da CPI, sem contestar a afirmação de Bisol, indaga se seria possível aprovar em plenário tantas cassações. Ainda que cada um dos 30 tenha só a solidariedade de cinco deputados, seriam 150 que rejeitariam as cassações. Toda essa argumentação pode se desmanchar no ar, se houver uma pressão popular idêntica àquela que desgastou Collor e seus amigos.

Quem está adorando o escândalo da Comissão Mista do Orçamento é o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. "O Fernando Henrique está nadando de braga-da", desabafa um deputado que tem íntima relação com alguns dos mais importantes membros da equipe econômica, revelando que o ministro já cortou seis dos sete bilhões de dólares no Orçamento deste ano e prepara-se para zerar a proposta orçamentária de 1994, que está reformulando para enviar, em novembro, ao Congresso Nacional. Este é um caminho de sobrevivência para o político Fernando Henrique Cardoso, que precisa de conquistar, pelo menos, sucesso relativo para aspirar a uma permanência na vida pública.